

RELIGIÃO E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE CARLOS LACERDA

Adriana Gomes de Paiva.

Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre política e religião na trajetória de Carlos Lacerda. Nesse sentido, foram investigadas algumas dimensões de seu discurso relacionadas à sua amizade com intelectuais católicos, ao comunismo, ao divórcio e sua posição frente a setores mais à esquerda dentro da Igreja Católica. O texto está dividido em duas partes. Na primeira parte, analiso aspectos de sua conversão e ativismo. Em um segundo momento, investigo suas discordâncias com a Igreja.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos Lacerda. Catolicismo. Política.

Introdução

Carlos Lacerda pode ser considerado um dos políticos mais importantes da história brasileira. Ele ocupou, desde 1945 até aproximadamente os anos de 1970, um papel de destaque no cenário nacional e dentro da cidade do Rio de Janeiro. Foi jornalista, vereador, deputado federal - por duas vezes consecutivas pelo Distrito Federal - e primeiro Governador do recém-criado Estado da Guanabara, em 1960, depois da saída da capital da República para Brasília. Além disso, entre outras atividades, foi diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*, romancista, empresário e dono da editora Nova Fronteira¹.

Algumas imagens são rapidamente mobilizadas quando o nome de Carlos Lacerda é mencionado: o “tribuno”, o anticomunista convicto, o “liberal”, o “golpista”, o “conservador”, o governador “mata-mendigos”². Entretanto, a análise de outras dimensões pode ajudar a elucidar um pouco de sua personalidade controvertida e polêmica. Uma dessas facetas, pouco explorada, é a história de sua relação com a religião, em especial com a Igreja Católica.

O objetivo desse trabalho é, portanto, analisar a relação estabelecida entre religião e política na trajetória de Carlos Lacerda. Para isso, destacamos algumas

¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1914 e faleceu em 1978.

questões que mostram um pouco de seu envolvimento com o catolicismo. Em um primeiro momento, trataremos do seu círculo de amizade com intelectuais católicos, a admiração pelo catolicismo norte-americano – materializada em sua relação com Monsenhor Fulton J. Sheen³ - e a defesa da indissolubilidade do casamento. Em um segundo momento, destacamos alguns pontos de conflito surgidos com esses mesmos intelectuais católicos e com a Igreja durante os anos 60, evidenciando, assim, que essa relação não se mostrou permanentemente harmoniosa.

Todavia, precisamos destacar que o trabalho de pesquisa aqui desenvolvido não pode ser considerado totalmente completo. O tema mereceria um tratamento mais minucioso e demorado - algo que ultrapassa os limites dessa apresentação. Dessa forma, fazemos somente algumas considerações iniciais a respeito da questão em discussão.

1. A conversão e o ativismo

Em 1948, o antes ateu Carlos Lacerda se converte ao catolicismo. Na verdade, essa aproximação com a Igreja Católica começou em 1947, dentro da União Democrática Nacional (UDN). O jornalista, nessa ocasião, fazia parte de um grupo chamado *Movimento Renovador*, que incluía nomes como Gustavo Corção⁴, Alceu Amoroso Lima⁵, Hamilton Nogueira⁶ e Sobral Pinto⁷. A adesão a esse movimento o levou a se candidatar e a ganhar as eleições para vereador do Distrito Federal nesse mesmo ano.

² Esse episódio ocorreu durante o seu governo, em 1963, quando foi descoberto que policiais militares recolheram alguns mendigos nas ruas da cidade e os assassinaram, jogando-os em um rio.

³ Monsenhor Fulton J. Sheen foi um conhecido orador, escritor e pregador americano. Escreveu por volta de 96 livros, sem mencionar artigos em jornais e revistas. Além disso, ele possuía um programa de rádio cujo nome era *Catholic Hour* e uma premiada série de TV chamada *Life is Worth Living*, durante a década de 50. O seu programa de TV chegou a ter uma audiência de mais de dois milhões de espectadores. Ver: Rodeghero, Carla Simone. “Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, 2002, pp. 463-488.

⁴ Gustavo Corção nasceu no Rio de Janeiro, em 17/12/1896. Formado em Engenharia, foi escritor e influente pensador católico.

⁵ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893, foi advogado, jornalista e católico. Desempenhou papéis de destaque no jornalismo, na política e dentro da Igreja católica.

⁶ Hamilton de Lacerda Nogueira nasceu em Campos, Rio de Janeiro, no dia 14 de janeiro de 1897 e faleceu em 7 de maio de 1981. Diplomou-se em Medicina. Foi, também, professor, ensaísta, novelista, Deputado Federal e Senador.

⁷ Heráclito Fontoura Sobral Pinto nasceu em Barbacena (MG), em 5/11/1893. Foi advogado. Católico fervoroso, morreu em 1991.

Os maiores incentivadores dessa conversão foram Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima, que se dispuseram a debater religião com Lacerda. Segundo Lacerda, uma das causas de sua conversão foi a experiência mal-sucedida com o Partido Comunista. Segundo o seu relato, o momento mais crítico com os comunistas teria ocorrido quando foi publicado um artigo, de sua autoria, na revista *Observador Econômico e Financeiro*, em 1939. Esse artigo teria sido encomendado pelo governo Vargas e criticava duramente o PCB e seus líderes. Por causa dessa reportagem, o Partido ordenou aos seus membros que se afastassem de Lacerda, acusando-o de ter causado perseguições ao partido e aos seus militantes. O jornalista afirmou durante toda a sua vida que a reportagem foi escrita por ele com a autorização da direção do Partido, para evitar que um outro jornalista, verdadeiramente anticomunista, o fizesse e causasse mais prejuízos. Esse e outros episódios, e uma certa crise espiritual, o levaram, dessa forma, à conversão:

Até então eu era, digamos, perplexo, para ser exato. Não acreditava mais na solução comunista. Eu tinha sido levado para próximo do comunismo porque acreditava que era um regime libertador, mas fui me convencendo que era uma ditadura [...] A derrota do Brigadeiro acabou de me abrir os olhos [...] Mas antes eu já tinha começado a ter o que se poderia chamar um pouco pedantescamente de crise espiritual [...]⁸

Segundo seu biógrafo, Dulles (1992), a partir daquele momento, Lacerda começou a se interessar cada vez mais pelo catolicismo. Através de Gustavo Corção, conheceu Dom Lourenço de Almeida Prado⁹ e passou a ser um visitante assíduo do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Além disso, tornou-se amigo de Dom José Távora e de Dom Hélder Câmara. Porém, foi Dom Lourenço quem batizou seus filhos, Sérgio e Sebastião, e fez o seu casamento no religioso. A cerimônia ocorreu em 17 de agosto de 1947. O casal, no entanto, já estava unido desde 1938.

A amizade com esses intelectuais e membros da Igreja Católica foi fundamental em um outro momento importante e decisivo de sua carreira jornalística e política, ou seja, quando deixou de trabalhar para o periódico *Correio da Manhã*¹⁰, em 1949, e fundou o seu próprio jornal, *Tribuna da Imprensa*.

⁸ Ver, LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, p. 51.

⁹ Dom Lourenço de Almeida Prado nasceu em São Paulo em 1911. Formou-se médico, mas se tornou Sacerdote em 1946. Foi Reitor do colégio católico carioca São Bento até 2001.

¹⁰ O Jornal *Correio da Manhã* foi lançado em 1901 e parou de circular em 1974.

Lacerda, que havia abandonado o curso de advocacia, tinha iniciado sua carreira como jornalista nos anos 30. E já na metade dos anos 40 podia ser considerado um dos repórteres principais do *Correio*, tendo uma coluna própria chamada *Na Tribuna da Imprensa*. Sua principal função era cobrir os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946. Antes disso, já trabalhava como *free-lance* no periódico, tornando-se mais conhecido depois que realizou a entrevista com José Américo de Almeida¹¹, em 1945. Essa entrevista marca, para alguns comentaristas do período, o fim da censura à imprensa imposta pelo Estado Novo.

Seu contrato com um dos principais jornais brasileiros chegou ao seu fim no ano de 1949, depois de um desentendimento com seu proprietário, Paulo Bittencourt. Lacerda, na polêmica sobre a questão do petróleo, rejeitou a concessão dada pelo presidente Dutra a dois grupos nacionais privados, as empresas Soares Sampaio e Drault Ernani, para a exploração do produto. Ele também acusava o governo de estar rodeado por “traficantes” e “negocistas”, facilitando a concessão para estes dois grupos. A questão é que os proprietários da empresa Soares Sampaio eram amigos íntimos do proprietário do *Correio*. Assim, Paulo Bittencourt ordenou que as reportagens de Lacerda sobre esse assunto não fossem mais publicadas. Ao saber disso, o jornalista pediu demissão e Paulo Bittencourt expôs as razões da saída do jornalista aos seus leitores.

Depois desse episódio, Lacerda encontrou dificuldades em ser contratado por outros veículos de imprensa. A solução surgiu a partir da idéia de companheiros amigos udenistas e de dentro da Igreja Católica: a abertura de um novo jornal, *Tribuna da Imprensa*, o mesmo nome de sua antiga coluna no jornal e que foi cedido a Lacerda por Paulo Bittencourt.

Para montar o jornal, Luiz Camilo de Oliveira Neto, que havia sido nomeado como diretor do Banco Crédito Real de Minas Gerais pelo governador udenista Milton Campos, conseguiu um empréstimo neste mesmo banco. Além disso, segundo Dulles (1992), em 12 de maio de 1949 teve início uma campanha, bem sucedida, com o objetivo de levantar a quantia de oito milhões de cruzeiros para financiar o jornal.

¹¹José Américo de Almeida nasceu na Paraíba em 1887. Formou-se advogado e exerceu diversas funções políticas, como a de Ministro de Estado e Senador. Participou do governo de Getúlio Vargas e foi lançado candidato à presidência da República em 1937. Teve sua candidatura frustrada pela ditadura do Estado Novo. Concedeu uma polêmica entrevista a Carlos Lacerda em 1945, criticando Vargas e marcando o fim da ditadura. Morreu em 1980.

Contudo, existe outra versão que tenta explicar o financiamento que possibilitou a abertura do jornal, ou seja, através da ajuda maciça do empresariado (Mendonça, 2002).

Tentando diferenciar-se de outros jornais concorrentes, o conselho elaborou algumas regras, ou restrições, em relação à forma como a *Tribuna* trataria dos assuntos políticos. Lacerda prometia um código de ética comercial, que impediria o sensacionalismo, propagandas, anúncios “indecentes” e investigaria até mesmo os anunciantes. Por fim, na primeira edição do jornal, prometia-se também que o seu objetivo era a “cristianização” da sociedade, anunciando-se contra o divórcio.

Além disso, foi incluída na estrutura administrativa do jornal um “Conselho Consultivo”, formado por diversos nomes como Adauto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Heráclito Fontoura Sobral Pinto e Luiz Camilo. Segundo Dulles (1992), esse conselho organizou ainda, junto a Lacerda, uma lista incluindo trinta e cinco itens para promover no jornal uma campanha de “moralização da política”.

A *Tribuna da Imprensa* brigava por um espaço em um mercado bastante disputado. Concorria, dentro da capital federal, com periódicos de tradição como *O Globo*, o *Correio da Manhã*, os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e com o *Último Hora*, de Samuel Wainer. Dentro desse mercado, a *Tribuna* obtinha pouca vendagem. Por causa disso, seus adversários o apelidaram de “lanterninha”. Numa resposta típica, Lacerda fez da imagem um símbolo, o da busca da “verdade”, colocando o desenho de uma pequena lanterna na folha inicial do seu jornal.

Com esse veículo de imprensa a seu dispor, Lacerda pôde defender as suas opiniões acerca dos mais variados assuntos, fossem eles políticos, sociais, econômicos ou religiosos. Quanto a este último aspecto, é possível perceber a sua defesa de idéias católicas. Duas questões em especial justificam essa qualificação, além do fato de que o primeiro número do recém-lançado jornal afirmava, sem rodeios, o seu compromisso com o cristianismo: em primeiro lugar, observamos a defesa de uma postura anticomunista inspirada no catolicismo norte-americano; em segundo lugar, os ataques direcionados à proposta da lei a favor do divórcio, debatida no Congresso Nacional durante o ano de 1951.

Em relação ao primeiro aspecto, a do alinhamento com o catolicismo norte-americano, devemos destacar a admiração que o jornalista passou a sentir pelo famoso

radialista e autor católico Monsenhor Fulton J. Sheen. Ele o conheceu na viagem que fez aos Estados Unidos em outubro de 1948. Após alguns encontros com o religioso, Lacerda publicou nove (9) reportagens no *Correio da Manhã* a respeito das idéias de Sheen sobre o papel da Igreja, sobre política e a respeito do comunismo.

A ida de Lacerda aos Estados Unidos coincidia com as eleições norte americanas – na verdade, Lacerda foi enviado à América para cobrir essas eleições – e com o período da Guerra Fria. Dessa forma, o discurso anticomunista estava em pleno auge dentro desse país. A Igreja Católica era uma das instituições principais no combate à ideologia comunista, dando força à perseguição política que passou a ser mais intensa nos anos 50, com a ação do senador republicano de Winsconsin Joseph MacCarthy. Este liderou a perseguição aos indivíduos supostamente envolvidos com o comunismo nos Estados Unidos.

As idéias de Fulton J. Sheen causaram um grande impacto no jornalista brasileiro, que leu seus livros e o entrevistou. A forma como Lacerda apresenta o religioso exprime essa admiração, pois Sheen, de acordo com as suas palavras era “um homem até as pontas dos dedos impregnados de verdade”¹². Um homem que teria uma das leituras mais significativas a respeito da política, da Igreja e sobre a “ameaça” comunista, dentro e fora do Brasil.

Uma das questões mais importantes dentro do discurso de Sheen era exatamente o comunismo. Um tipo de doutrina que, segundo Sheen, expressava o fim da fé cristã e a exacerbação de um individualismo que já corromperia a humanidade. Na realidade, o comunismo, na crença de Sheen, era um sistema de pensamento que teria se originado dentro do próprio ocidente, somente radicalizando a idéia de que Deus não teria mais lugar nesse mundo e que o homem sozinho poderia procurar sua felicidade somente em bens materiais.

Lacerda destaca o que Sheen pensava a respeito do liberalismo, da ordem burguesa e de sua pior conseqüência, que seria o comunismo. Segundo a perspectiva do religioso, endossada por Lacerda, existiriam três significados para o liberalismo, sendo que somente um poderia ser considerado justo. No trecho abaixo, a visão de Sheen é destacada por Lacerda:

¹² *Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa: “A Voz da Consciência”, 01/12/1948.

A palavra liberalismo tem três sentidos bem diferentes: 1 – de uma filosofia que acreditava no aperfeiçoamento progressivo das liberdades civis, sociais, políticas, econômicas e religiosas dentro de um quadro da lei moral. Este é o sentido digno pelo qual devemos lutar [...] 2 – Uma atitude que nega os padrões extrínsecos do homem e que mede a liberdade como uma força física mais do que uma força moral e identifica o progresso pela altura da pilha de tradições morais e religiosas renegadas [...] 3 – uma ideologia geral identificada como uma doutrina do *laissez-faire*. ‘o primeiro sentido deve ser encorajado, desenvolvido, consumado’, diz Sheen. Os outros dois são falsos [...] ¹³.

Dada essa variedade de significados em torno do conceito de liberalismo, o principal estaria, na visão de Sheen, sendo sobrepujado pelos dois últimos que ele considera prejudiciais. Em outro trecho das crônicas de Lacerda, essa questão está colocada:

[...] Quando dizemos que o liberalismo está morrendo, não visamos o liberalismo no sentido da aquisição progressiva da liberdade racional, nem uma deterioração progressiva dos padrões racionais, e sim o liberalismo histórico com as suas raízes no século dezessete ou mesmo antes [...] O liberalismo só pode funcionar numa sociedade dotada de base moral ¹⁴.

Esse liberalismo a que Sheen se refere como sendo típico do século dezessete estaria estreitamente ligado ao primeiro sentido destacado por Lacerda no trecho anterior. Um sentido aparentemente abandonado para dar lugar aos outros dois vinculados ao materialismo, ao consumo e a negação da religiosidade e, portanto, de Deus. Nessa sociedade afastada da base moral que a religião ofereceria, a consequência seria o domínio do puro materialismo ou a santificação do homem, em detrimento de Deus. Assim, nas palavras de Lacerda, seguindo o raciocínio de Sheen,

Todas as idéias do comunismo são, na sua origem, idéias da burguesia ocidental [...] A distância do comunismo é que não é ocidental, mas engoliu todas as falsidades burguesas, do pragmatismo que considerou verdadeiro tudo que é útil – até o materialismo, cujo único material é a matéria ¹⁵.

¹³ Idem.

¹⁴ *Correio da Manhã*, Na Tribuna da Imprensa, “O Sentido da Vida”, 02/12/1948.

¹⁵ Idem, “Um Pensamento Cristão”, 04/12/1948.

Ou, segundo Lacerda, o comunismo seria, mais precisamente, “a fraternidade sem paternidade, a fé sem Deus, o paraíso na terra, eis o que o comunismo promete aos que se afastaram de Deus para procurar o paraíso artificial do progresso ilimitado [...]”¹⁶

A partir desse referencial, Lacerda assinala a importância das idéias de Sheen para o Brasil:

As palavras do Monsenhor Sheen por isso mesmo são atuais, e úteis como a água e o pão. Pois além do comunismo e do subcomunismo há no Brasil dois males infinitamente maiores: a mediocridade dos homens públicos e o farisaísmo dos que procuram colocar-se, a qualquer preço, na situação de poder influir sobre o país, a fim de influírem melhor no curso de sua própria prosperidade¹⁷.

Isso significa que a mediocridade dos homens públicos brasileiros seria um mal maior do que o comunismo. E tinha como conseqüência o próprio comunismo, como Lacerda reafirma no trecho abaixo:

Como defender a civilização ocidental, se ela se transforma na ante-sala do comunismo? Que é o que torna o comunismo possível, viável e até desejável, senão o triunfo da mediocridade e da cobiça, o arranjo entre a intriga e a safadeza? [...] ¹⁸.

De acordo com o pensamento de Sheen, citado por Lacerda, a solução para que o comunismo não triunfasse sobre o mundo ocidental e cristão – o que significaria o domínio do mal – poderia ser encontrada em poucas providências, como se depreende do trecho a seguir:

Eis as medidas que o Monsenhor Sheen indica, salientando que elas não são ‘exclusivas nem exaustivas’. 1 - O comunismo pode ser enfrentado politicamente escolhendo-se candidatos nas eleições não à base de partidos políticos, não tendo em vista a classe econômica, mas sobre a base de seu próprio valor moral [...] 2 – em matéria econômica. Em matéria econômica, o caminho para enfrentar o comunismo consiste em transformar os operários em capitalistas – escreve Sheen – ‘pela mais ampla difusão da propriedade privada’¹⁹.

¹⁶ Idem, “Recuperação ou Perdição”, 07/12/1948.

¹⁷ Idem, “A Revolução Superficial”, 09/12/1948.

¹⁸ Idem, “O Sentido da Vida”, 02/12/1948.

¹⁹ Idem, “Um Cristão enfrenta o Comunismo”, 11/12/1948.

Eis, portanto, a linha de raciocínio que o jornalista adquire com a pregação de Monsenhor Fulton Sheen. O comunismo seria o fruto de um sistema que dá valor ao egoísmo humano em detrimento das suas obrigações religiosas. Nesse caso, o liberalismo - mal compreendido, ou mal aplicado, porque sem base moral - levaria os indivíduos a abolir a crença em Deus como um guia ético para as suas ações. O resultado seria um mundo com crescente desigualdade e corrupção. Diante desse quadro, existira um campo propício para o crescimento do comunismo. Somente a revisão do sistema poderia levar a uma correção desse caminho, recolocando a religião, o cristianismo novamente como um guia seguro, e não a procura do progresso e da liberdade como um fim em si mesmo.

Poderíamos perguntar, no entanto, porque Lacerda busca essa referência anticomunista nos Estados Unidos, se havia também um discurso contra essa ideologia dentro da Igreja Católica brasileira. De acordo com Rodeghero (2002) ela teria anunciado a sua preocupação com o comunismo no país desde aproximadamente 1917. E a crítica ao comunismo também passava, da mesma forma como vemos em Sheen, pela crítica ao liberalismo. Entretanto, o encontro com Sheen e a admiração pela sua pregação anticomunista pode fazer sentido se levarmos em consideração alguns elementos.

Rodeghero, fazendo uma comparação entre o discurso anticomunista no Brasil e nos Estados Unidos, afirma que existe uma diferença importante a ser considerada. Nos Estados Unidos, o catolicismo, nesse período, não era a religião majoritária, ao contrário do protestantismo. Isso fez com que os católicos procurassem formas de reconhecimento e aceitação, em especial mostrando serem cidadãos preocupados com o seu país. Para ser um bom cidadão e um bom católico, era necessário ser também anticomunista. Dessa forma, ocorreu uma vinculação entre patriotismo, catolicismo e anticomunismo nos Estados Unidos. O discurso seria, portanto, mais forte, considerando que houve também o apoio de setores da Igreja Católica americana ao *macartismo*.

No Brasil, ainda segundo Rodeghero, parece não ter havido a necessidade de vincular os três aspectos citados acima, pois o catolicismo sempre foi a religião majoritária no país. Um bom cidadão brasileiro seria católico e com grandes chances de não ser comunista. O que quer dizer que, embora tenha havido uma rejeição à

propaganda comunista no Brasil por parte da Igreja Católica, ela não teria precisado ser tão ostensiva e organizada.

Voltando à admiração de Lacerda pelo discurso católico norte-americano, talvez isso possa ser explicado, em parte, por essa diferença de intensidade na posição da Igreja católica entre os dois países. É certo que Lacerda já possuía um discurso anticomunista desde de sua expulsão do Partido Comunista em 1939, mas ele pode ter assumido mais substância a partir do seu contato com o discurso católico norte americano.

De qualquer maneira, é perceptível a influência de discurso nas opiniões do jornalista Lacerda a respeito de outros assuntos delicados e polêmicos, como em relação à questão do divórcio. Lacerda, através de seu jornal, coloca-se claramente contra o projeto que circulava no Congresso Nacional em 1951, pelas mãos do deputado federal e companheiro de partido (UDN) Nelson de Souza Carneiro²⁰. O projeto causou intensa polêmica entre a Igreja e os setores mais conservadores brasileiros.

No jornal *Tribuna da Imprensa*, selecionei alguns editoriais de Lacerda que tratam do projeto de divórcio. Neles, o jornalista retoma uma linha de raciocínio que aparece nas crônicas escritas sobre Sheen e o comunismo. Os trechos abaixo mostram a sua opinião:

A concepção divorcista da família parte do princípio de que o casamento é apenas um contrato, como outro qualquer. Como dois homens que se associam para abrir um armazém, e podem, certo dia, dissolver a sociedade [...] Segundo essa concepção [...] o indivíduo pode e deve prevalecer a sua vontade, e até seus instintos, sobre todas as criações da natureza [...]²¹.

E, dirigindo-se ao deputado Nelson Carneiro, na mesma crônica, ele afirma:

Seja [Nelson Carneiro], até o fim, um fiel servidor do preconceito burguês. Leve o individualismo às últimas conseqüências [...] Assim, tendo pela frente uma divindade como o Sr. Carneiro, que sabe [...] aquilo que Deus se esqueceu de fazer, o desligamento dos seres que em seu nome se uniram 'numa só carne', não há realmente porque nos ocuparmos de um Deus obsoleto, cuja desnecessidade no mundo é atual e evidente [...]²².

²⁰ Advogado, natural do estado da Bahia, nascido em 1910. Foi eleito três vezes Deputado Federal e três vezes Senador. Morreu em 1996.

²¹ *Tribuna da Imprensa*, "Divórcio, Reivindicação Burguesa", 19/07/1951

²² Idem.

Como podemos perceber, nesses trechos Lacerda está tratando da questão do divórcio como um “problema” intimamente relacionado aos males de um individualismo “exacerbado”, que colocaria as vontades dos indivíduos à frente de todas as outras necessidades de vida social e “natural”. Como se o indivíduo não encontrasse mais barreiras aos seus desejos, ultrapassando, assim, determinados valores e a moralidade. A idéia de um contrato estabelecido entre o casal, e rejeitado por ele, nesse caso, também é importante, porque reforça a autonomia e a independência individual dentro de um sistema de relações que não deveria, a princípio, ser regido pela mesma lógica encontrada no mercado e na política. Uma lógica que afirma que os contratos podiam ser quebrados e refeitos sempre que uma das partes não estivesse de acordo ou satisfeita, isto é, existiria, nesse caso, maior liberdade de ação para as partes envolvidas. Em outra passagem, podemos perceber como ele está tentando trabalhar essa idéia de “contrato”, fixando algumas características que seriam peculiares à esfera familiar:

Ainda para que os que admitem que o casamento seja apenas um contrato, é sempre um contrato *sui-generis*, como o próprio Sr. Carneiro há de reconhecer [...] Em que consiste afinal, a peculiaridade desse contrato? É que da união dos contratantes resultam bens indissolúveis, inseparáveis, indissociáveis. Esse contrato tem conseqüências que só a morte destrói [...] ²³.

A idéia de contrato, nesse caso, recebe uma outra qualificação, pois não estaria no terreno de negociações e de desejos passageiros. Se assim fosse, seria aberto, para ele, um precedente “absurdo”, dentro de seu ponto de vista, que é o da legalização de uniões entre parceiros do mesmo sexo. Como ele afirma, colocando a questão da procriação, os frutos da união fariam com que esse “contrato” fosse indissolúvel. Entretanto, como ele considera o problema da felicidade individual, dentro de casamentos infelizes? Vejamos abaixo como ele resolve esse detalhe:

Mas não terá direito à felicidade o homem e a mulher que [ilegível] na sua primeira experiência? Por certo que tem! Quem não tem direito à felicidade é apenas aquele que coloca a sua acima da felicidade dos filhos [...] É realmente difícil, para quem não compreende o que o homem veio fazer na terra, admitir que ele tenha outra coisa a fazer além de procurar apenas a sua felicidade individual, pessoal e intransferível ²⁴.

²³ Idem, “Qual é o problema: Divórcio ou casamento?”, 20/07/1951.

²⁴ Idem.

Novamente observamos aqui uma crítica a uma concepção individual de felicidade. Na realidade, segundo o seu discurso, sem a idéia de que a verdadeira felicidade não estava nesse mundo, as pessoas não entenderiam o sacrifício que precisaria ser feito em prol de outros. Isso se aplica ao casamento e à obrigação do casal em assegurar a felicidade dos filhos. Conseqüentemente, não caberia ao Estado legitimar, para Lacerda, a quebra desse “contrato” *sui generis*. Vejamos o trecho abaixo:

O Estado não se constitui para facilitar os arroubos temperamentais dos desajustados do casamento. Assim como não se destina a consagrar o egoísmo na vida econômica da comunidade, menos ainda deve o Estado estimular, pela força de sua aprovação, o egoísmo no funcionamento e na existência da família, que é antes de tudo obra de altruísmo e renúncia²⁵.

Todavia, é interessante notar que em 1946 - durante as crônicas que escrevia para a sua coluna no *Correio da Manhã* sobre a Assembléia Constituinte - o jornalista mostrava uma opinião diferente. Na discussão sobre a indissolubilidade do casamento, ele afirmava ser, pessoalmente, a favor do divórcio. Em contrapartida, criticava a lei do desquite, que circulava na Constituinte²⁶. A defesa que ele faz do divórcio é clara. Assim, ele define o problema:

Não existe, repitamos, o problema do divórcio. Existe o dos casamentos infelizes. Casamento infeliz significa filhos infelizes, união arruinada, prevenções, perseguições lembrança que marca as crianças [...] como uma injusta maldição [...] Horroriza-nos ouvir falar na felicidade dos filhos quando se trata da indissolubilidade do matrimônio, como se a ventura deles pudesse existir à custa da infelicidade dentro do lar²⁷.

A diferença de opinião é significativa. Os filhos não poderiam ser felizes em casamentos infelizes. Além disso, ele argumenta que negar o divórcio baseado em nossa tradição católica também seria um equívoco, como o trecho seguinte nos mostra:

²⁵ Idem.

²⁶ Divórcio e Desquite são termos que apresentam significados jurídicos diferentes. O desquite era válido antes da Lei 6.515/77 (Lei do Divórcio) e significava que apenas a sociedade conjugal era extinta, assim como os deveres de coabitação, fidelidade e regime de bens. O vínculo conjugal só era finalizado, entretanto, com a nulidade, anulação, morte de um dos cônjuges ou declaração de ausência. Com a Lei do Divórcio de 1977, de autoria de Nelson Carneiro, as partes não possuem mais vínculo conjugal, podendo contrair outro matrimônio legalmente.

²⁷ BRAGA, Sérgio. Carlos Lacerda. “A Constituição e o Amor”. In: Na Tribuna da Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000, p. 305.

Argumentar com a nossa tradição cristã, e muito especialmente católica, parece-nos até cômico, pois não poderia ser o Brasil mais católico que Portugal, onde o divórcio existe. E sobretudo há que considerar o seguinte: para que o ponto de vista da Igreja fosse respeitado, seria necessário igualmente repelir o desquite²⁸.

Esse detalhe da sua mudança de opinião a respeito da questão da indissolubilidade do casamento não passou despercebido pelo deputado Nelson Carneiro, que menciona essa mudança nas discussões dentro do Congresso, provocando a reação do jornalista em um outro editorial. Tentando justificar a transformação de sua opinião sobre o tema, ele afirma, invocando a sua recente experiência religiosa que se tornou “contra o divórcio depois de uma lenta e difícil evolução²⁹”. Teria ocorrido, de acordo com a sua fala, um “amadurecimento” de suas opiniões a respeito do assunto, a partir do momento em que ele passou a tentar manter uma conduta mais religiosa, cristã. Ou como ele mesmo diz, ele seria um homem que “aprendeu na vida a avaliar devidamente seus argumentos”.

A lógica que liga as duas questões anteriormente analisadas parece mais clara nesse momento. Lacerda dá substância às suas críticas tanto ao comunismo quanto ao “problema” do divórcio retomando os argumentos católicos. E isso quer dizer a crítica à secularização e ao individualismo liberal, porque eles significam a diminuição do poder de influência da religião no mundo moderno. O comunismo e o divórcio, seguindo o argumento, seriam conseqüências perniciosas da abrangência desse sistema.

O comunismo, nesse caso, seria mais pernicioso, porque rejeitava completamente a necessidade da religião no mundo social. A Igreja, segundo o discurso comunista, era vista como um aparato ideológico que encobriria as desigualdades sociais existentes, forçando os indivíduos a uma conformação com a sua situação. Já a respeito do divórcio, temos a invasão do individualismo na esfera mais delicada da família, um terreno fundamental para o cristianismo, porque remete a questões como a procriação, os papéis de gênero, entre outros.

Por outro lado, a adesão de Lacerda a esse imaginário pode ser considerada seletiva, pois em outros campos, como o político e o econômico, a defesa do liberalismo é clara. De qualquer forma, é significativo esse conservadorismo católico em suas posições, revelado pela sua opinião quanto a essas questões polêmicas do período.

²⁸ Idem.

Todavia, a relação entre Lacerda, a Igreja e seus membros, não foram permanentemente tranqüilas. Ocorreram alguns episódios que mostram críticas e enfrentamentos entre esses dois lados. Em primeiro lugar, ocorre um considerável abalo nas relações entre o jornalista e os intelectuais católicos presentes na construção do jornal *Tribuna da Imprensa*. Uma situação que não se relaciona estritamente com questões religiosas, mas com problemas de natureza política e partidária. Em segundo lugar, outro momento que devemos destacar refere-se ao conflito estabelecido entre ele - então governador da Guanabara - e alguns padres. Esse esgotamento ocorre por volta dos anos 60, quando existe uma postura mais ativista dos padres e da Igreja com relação a determinados aspectos sociais. Nesse caso, poderemos perceber como Lacerda enxergava a religião, a fé e o papel da Igreja nas questões de natureza social e política.

2. As discordâncias

As desavenças com o grupo que originalmente lançou e construiu a *Tribuna da Imprensa* não demoraram a acontecer, embora os motivos não tenham sido exatamente religiosos. Um primeiro problema estava ligado à rotina e à agilidade necessárias dentro das redações do jornal. O segundo tinha relação com questões de natureza mais especificamente política. Quanto ao primeiro aspecto, Lacerda, em anos posteriores, revelava seu arrependimento quanto à criação de um conselho:

Primeiro, eu fiz um negócio que me arrependi solenemente: um Conselho Consultivo, formado pelo Adauto, Corção, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), Sobral Pinto e o Dario de Almeida [...] Era inviável. Cada vez que a gente queria publicar um artigo tinha que reunir o Conselho Consultivo, cada qual mais individualista [...] não entendiam a rapidez com que você tem de opinar³⁰.

O jornalista reconhece que os membros desse Conselho tinham pouco conhecimento a respeito da rotina de um jornal, que precisava de decisões rápidas e de agilidade. Não havia tempo para longas discussões e questionamentos. Outro fator poderia ser exatamente o temperamento de Lacerda. Assim, as divergências envolvendo

²⁹ *Tribuna da Imprensa*, “Explicação ao Sr. Nelson Carneiro”, 28/08/1951.

³⁰ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, p.85.

essa questão chegaram a preocupar Dom Lourenço. O trecho retirado de uma carta de 1952 demonstra isso:

E o espírito do grupo que nos uniu em torno da *Tribuna* precisa existir, ou antes, precisa ser restaurado. Você se queixa do isolamento em que o deixam na *Tribuna*. Realmente esse isolamento não é bom, nem para você, nem para a *Tribuna*. Mas em grande parte o isolamento existe porque você se isolou. Isolou-se, querendo fazer uma coisa muito pessoal, isolou-se por não reconhecer a autenticidade e legitimidade do grupo que o rodeava³¹.

Essa observação que Dom Lourenço faz a um determinado comportamento centralizador de Lacerda pode ser confirmada com a reclamação de Sobral Pinto. Ele foi um dos primeiros a renunciar, um ano após o lançamento do jornal, reclamando que o jornalista teria sido o primeiro a transgredir as 35 regras estabelecidas pelo Conselho. Outros companheiros de redação, e amigos próximos, relataram que Lacerda chegava muitas vezes até mesmo a reescrever reportagens realizadas por outros³².

Outra desavença ocorreu durante a campanha de presidencial de 1950 – agora com Alceu Amoroso Lima. Lacerda criticou abertamente na *Tribuna* a indicação do Brigadeiro Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN). O jornalista não concordava com essa campanha, afirmando que ela estava fadada ao fracasso e que Getúlio Vargas iria vencer novamente.

Apesar da discórdia estabelecida entre ambos, Lacerda passou a apoiar Eduardo Gomes durante a campanha, mesmo acreditando que ela não iria chegar aos resultados esperados. Em outubro de 1950, a contagem dos votos confirmou o seu temor : Vargas ganhou as eleições com relativa vantagem sobre o candidato udenista. Vargas (PTB) alcançou 48,7% dos votos, seguido pelo Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), com 29,7%. Cristiano Machado (PSD), em terceiro lugar, obteve 21,5% dos votos.

Um segundo momento importante, no qual podemos perceber o início de um desentendimento de alguns membros da Igreja Católica com Lacerda ocorreu em 1964, quando este era governador do Estado da Guanabara. Nesse caso, de maneira mais clara, a mistura entre política e religião acabou levando a um outro nível de problemas, que afetaram até mesmo o engajamento de Carlos Lacerda com a Igreja, a partir das mudanças ocorridas dentro do catolicismo desde os anos 60.

³¹ LACERDA, Carlos. *Minhas Cartas e as dos Outros*. Brasília, UNB, Volume I, p.154.

³² Ver DULLES, 1992.

O problema ocorreu durante o seu mandato, que realizava várias remoções de favelas para bairros construídos nos subúrbios cariocas - uma medida de certa forma anunciada já há alguns anos. Em dois momentos podemos observar isso: em 1948, quando Lacerda lança a campanha “A Batalha do Rio de Janeiro” e em 1952, quando, pelo seu jornal, relança a idéia de tentar resolver o “problema” das favelas, removendo as que não apresentariam condições de habitação e urbanizando as que se mostrassem viáveis.

Já no início de sua campanha para governador da Guanabara, em 1960, Lacerda demonstrava uma preocupação especial com essa temática, tanto que anunciou que começaria sua campanha dentro das favelas³³. E, finalmente em 1964, moradores de diversas favelas começaram a ser levados para os bairros como Vila Kennedy e Vila Aliança, entre outros. Ao longo dos trabalhos de remoção, a medida causou grande polêmica, aumentada no momento em que algumas lideranças católicas se envolveram na questão, a pedido dos moradores das favelas que estavam sendo removidas.

O embate entre Estado e setores da Igreja ocorreu em dezembro desse mesmo ano e recebeu a cobertura de diversos jornais, que apresentaram versões relativamente diferentes dos fatos, a favor ou contra o governador³⁴. Nesses jornais, foi relatado um enfrentamento entre um grupo de padres e o governador Carlos Lacerda dentro de uma favela de Brás de Pina que estava sendo removida. Seguiu-se uma troca de acusações, insultos, e até uma suposta tentativa de agressão foi relatada – esta última da parte de Lacerda contra os padres. O tumulto aconteceu na presença do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara³⁵, dos moradores da favela, de policiais e de assistentes sociais que trabalhavam no local.

Jornais da oposição, como o *Última Hora* e *Diário Carioca*, deram grande cobertura ao fato, alegando que o governador “insultou” e quase agrediu com um “murro” os padres que estavam no local. Esses tentavam convencer o governador da existência de arbitrariedades. Os mesmos jornais afirmavam que Lacerda queria fazer as remoções na “raça”, em pleno Natal. O *Diário Carioca*, tomando o depoimento dos padres envolvidos na confusão, em especial o padre José Sans Artola, destaca:

³³ *Tribuna da Imprensa*, “Lacerda começará campanha na favela: Plano de Governo”, 19/04/1960.

³⁴ Jornais consultados: *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Última Hora*.

³⁵ O Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara nasceu em Santa Catarina, em 1894 e morreu em 1971. Foi Cardeal do Rio de Janeiro, entre os anos de 1943 até a sua morte.

O padre [...] disse ao *Diário Carioca*: - a minoria que não quer ficar e a miopia das assistentes sociais, que não enxergam, levou a deixar o governador sempre mal informado. Mas os padres estarão sempre com o povo [...] e com as autoridades cristãs com “C” maiúsculo [...]”³⁶.

Na fala do padre existe a acusação de que o governador estaria “mal-informado” a respeito da situação. E ainda insinua que as verdadeiras autoridades “cristãs” estavam ao lado do povo. Com essa afirmação, poderíamos considerar que o padre acusava Lacerda de não ser verdadeiramente “cristão”, embora afirmasse isso.

A suposta irritação e descontrole do governador no local e diante dos padres teria levado Lacerda, no relato dos jornais, a acusar os padres de “comunistas” e de “demagogos”. Respondendo a isso, um padre teria chamado o governador de “fascista”, resultando numa sucessão de empurrões e em uma tentativa de agressão - um soco. Outro religioso, no trecho abaixo, assinala a contradição do governador:

[...] o padre Argemiro, da Paróquia de São Geraldo, comentando com ar pesaroso a tentativa de agressão do governador, lembrou: ‘O sr. Carlos Lacerda parece esquecido de que, quando o General Mendes de Moraes era prefeito [...] e quis mudar a favela da Lagoa, ele próprio [...] rebelou-se contra o prefeito, tachando-o de arbitrário’³⁷.

A situação à qual o padre acima se referiu ocorreu em 1948, quando foi lançada a já mencionada campanha “Batalha do Rio”. Depois da polícia derrubar barracos de moradores de algumas favelas, Lacerda acusou o prefeito Mendes de Moraes de entender mal o significado da campanha, levando ao pé da letra a palavra “batalha”, algo que estava longe das intenções iniciais do movimento.

Parte da imprensa, por outro lado, ficou ao lado da ação do governador, elogiando e dando uma cobertura favorável à remoção. Algumas matérias qualificavam de “indefensável” a intenção de fixar os moradores nessas favelas e afirmavam que a movimentação dos padres na favela de Brás de Pina teria contornos claramente “ideológicos”, uma utilização dos moradores “como massa de manobras”³⁸.

O jornal *O Globo* relatava a “alegria” das famílias que foram deslocadas da “podridão” e da “promiscuidade” da favela para a Vila Aliança. Várias fotos mostravam

³⁶ *Diário Carioca*, “Lacerda investe contra padres ante ao Cardeal”, 24/12/64.

³⁷ *Idem*.

a diferença nas moradias e a felicidade das crianças e dos moradores nas novas residências, com água, esgoto e quintais³⁹.

Todavia, o jornal *Última Hora*, tentava fazer uma análise do movimento dos padres e da ação de Lacerda por ocasião do confronto, mostrando que nem mesmo dentro da Igreja Católica havia unanimidade a respeito do envolvimento dos padres em questões sociais. A passagem abaixo torna essa questão clara:

Vários párocos da Guanabara ouvidos ontem pela reportagem da UH, manifestaram-se contrários à posição do vigário Jorge Porto [...] Este pároco da zona sul criticou a ação do padre Artola, dizendo que a Igreja nada tem a ver com as questões sociais, as quais cabe ao governo resolver. [...] O padre Arcanjo Gabriel [...] disse tratar-se de declaração inteiramente negativa e lembrou a ação dos papas João XXVIII e Paulo VI, os quais, em suas encíclicas, deram grande importância aos problemas sociais [...]⁴⁰.

De acordo com Mainwaring (1989) essa posição mais crítica e de intervenção de alguns setores da Igreja no Brasil no tratamento de problemas sociais estava relacionada a uma mudança de orientação da Igreja Católica Romana. O papa João XXIII, após o falecimento do conservador Pio XII, começou a promover reformas que tinham em vista oferecer uma atitude diferenciada em relação às questões de justiça social. O Concílio do Vaticano II, que começou em 1962, refletiu essa nova perspectiva. Esse concílio enfatizou a missão social da Igreja, motivando maiores responsabilidades entre padres, bispos e leigos dentro da Igreja e desenvolvendo uma noção de Igreja como povo de Deus.

A Igreja Católica no Brasil foi afetada por essa nova postura, assim como outros países da América Latina. Na realidade, segundo Rodeghero (2002), setores como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e grupos de Ação Católica já haviam começado a ter posições de apoio em relação às lutas populares, desde 1950, tanto no campo quanto nas cidades. A Igreja preocupava-se com a disseminação das idéias comunistas e queria ocupar, com a sua ação, esses espaços, pois eles mesmos foram obrigados a reconhecer que a situação de penúria da população poderia ser o “ingrediente” fundamental para o discurso da esquerda. Paulatinamente, esses setores

³⁸ *Jornal do Brasil*, “Favela Política”, 24/12/1964.

³⁹ *O Globo*, “Favelados de Brás de Pina vendem alegria e esperança na Vila Aliança”, 26/12/1964.

⁴⁰ *Última Hora*, “Cardeal atesta lição do evangelho na favela: governador desculpa-se”, 26/12/01964.

envolvidos com as questões sociais começaram a se tornar uma espécie de esquerda dentro da instituição, embora não ocupasse um lugar majoritário.

As opiniões diferenciadas entre os padres, como vimos nos trechos acima, constituem um reflexo dessa nova orientação que passou a ser dada a partir dos anos 60. Mas essa nova orientação encontrava resistências por parte de outros setores da Igreja Católica. E, num contexto de golpe militar, as atitudes dos padres a favor dos moradores dessas comunidades foram taxadas pela imprensa que apoiou o golpe, assim como por Lacerda, de “comunistas” ou de “demagógicas”. E mesmo antes do golpe, Lacerda chegou a mandar apreender três mil exemplares da cartilha *Viver é Lutar*, criado pelo MEB (Movimento de Educação de Base) apoiado pela CNBB.

O desconforto de Carlos Lacerda com essa postura assumida por alguns setores da Igreja Católica fica evidente quando analisamos algumas de suas falas. Nelas, podemos perceber o questionamento dessas atitudes mais esquerdistas. Os trechos a seguir, tirados de uma reportagem na revista *Manchete* em 1967, demonstram isso:

Minha fé não diminuiu. Apenas – como dizer? -, parece que hibernou. A Igreja militante, participante, engajada, parece-me necessária e, mesmo, indispensável. Ela dá testemunho de sua inconformidade com a injustiça, da necessidade de reformar o mundo. Mas até que ponto essa tarefa está diminuindo o vulto e o alcance da outra? [...] ⁴¹.

A fé, para ele, não necessariamente tinha relação com o alcance de metas mais mundanas e terrenas. Ao contrário, pois a fé, em sua concepção, exigia a confiança em coisas que muitas vezes não podiam ser comprovadas ou vistas. Como ele mesmo diz:

A fé, penso que não me engano ao dizê-lo, é tão íntima e tão individualizada que não se confunde com as manifestações coletivas, que podem chegar à histeria e à mistificação. E a fé tem um mistério que não está somente no ritual, mas na essência mesma. Pois acima das razões lógicas, das provas tangíveis e racionais, existe o salto no escuro, o momento entre todos supremo em que a gente crê ou não crê ⁴².

Pensando dessa maneira, desvinculando a fé das transformações mais terrenas, e até mesmo sociais, Lacerda critica o envolvimento dos religiosos em determinadas situações ou lutas:

⁴¹ LACERDA, Carlos. *Minhas Cartas e a dos Outros*. Brasília, UNB – Fundamar, 2005, p. 146.

⁴² Idem, p. 148.

Mas igualmente não entendo que a Igreja se substitua à Escola de Sociologia, ao Partido Político, ao Instituto de Geografia e Estatística, [...] quantos barracos devem ser transformados, quantos demolidos [...] Entendo que há um esvaziamento da Igreja no que ela tem de insubstituível, quero dizer da Igreja Católica, exatamente à medida que ela substitui outros órgãos faltosos da sociedade temporal[...]⁴³.

Fica claro, portanto, a sua crítica ao envolvimento da Igreja, ou de alguns de seus setores, com questões de natureza política, ou com a esquerda. Os acontecimentos de 64, a respeito dos padres, estão explícitos nessa última colocação. Segundo a sua opinião, a missão dos padres e da Igreja seria levar a fé a esse “salto no escuro”, o que implica esperar que a felicidade esteja em outro mundo e não neste. E a sua perplexidade com relação a questão da fé e sobre o papel da Igreja nos processos sociais é acompanhada por seu amigo Dom Lourenço. Quanto à entrevista que o ex-governador concedeu à revista *Manchete*, Dom Lourenço afirma:

Você falou bem da Igreja. E a sua perplexidade é também a nossa perplexidade [...] A mim me parece que estamos padecendo de uma espécie de complexo de culpa, que se mistura o complexo de inferioridade [...] Passamos a querer imitar o que eles fazem. Temos vergonha de oferecer o que é nosso e começamos a macaquear os gestos dos outros. Eles prometem o mundo, prometem o céu na terra, que faremos nós senão sair para o social? [...]⁴⁴.

E, mais à frente, Dom Lourenço completa:

Você coloca muito bem, realçando, a missão espiritual, como tarefa específica da Igreja. A César o que é de César, a Deus o que é de Deus. O campo próprio da Igreja é o espiritual. O temporal estará no seu campo, quando toca o espiritual ou quando o poder próprio é deficiente [...]⁴⁵.

Isso significa que os dois, Dom Lourenço e Lacerda, tinham percepções muito parecidas a respeito do papel da Igreja Católica frente aos problemas do mundo e com relação ao próprio Brasil. Eles privilegiavam o papel tradicional da religião, ao afirmarem que a Igreja deveria cuidar com mais intensidade do lado espiritual dos indivíduos. Ambos rejeitavam esse engajamento de setores da Igreja com problemas de

⁴³ Idem, p. 146.

⁴⁴ Idem, p. 156.

⁴⁵ Idem, p. 157.

cunho social. Uma postura assumida, pelo que percebemos nos discursos de ambos, a partir da percepção de um certo esvaziamento desse papel tradicional da Igreja no mundo moderno. A fala de Dom Lourenço revela essa percepção. Segundo a sua opinião, a Igreja estaria sendo “obrigada” a sair para o social, adotando a mesma postura de outros grupos sociais, para conseguir ocupar um espaço novamente.

Em todo caso, essa reação de Lacerda poderia ser explicada também pelas críticas que esse setor da Igreja dirigia às suas medidas de governo. Ou seja, era mais uma fonte de crítica às suas atitudes e que poderia permanecer atrapalhando o seu projeto de se tornar candidato à presidência da república em 1965. Podemos, portanto, afirmar que Lacerda estava bem alinhado a uma postura mais conservadora dentro da Igreja Católica, que foi a que prevaleceu quando ocorreu o golpe militar.

Considerações finais

Diante das questões desenvolvidas ao longo desse trabalho, alguns elementos se destacam e nos ajudam a compreender a relação estabelecida entre a conversão religiosa e a ação política de Lacerda. Um primeiro aspecto a ser mencionado encontra-se no fato de que Lacerda assume, a partir de sua conversão, os argumentos presentes no discurso católico, seja brasileiro ou norte-americano. Em ambos, existe uma linha de argumentação semelhante, ou seja, a crítica aos males da sociedade moderna, seja o comunismo ou outros aspectos, está baseada em uma postura da Igreja contra a secularização, contra o individualismo e ligeiramente anti-liberal. Podemos perceber essas críticas nas questões desenvolvidas até aqui.

Em relação ao “problema” do comunismo essa linha de raciocínio é evidente. O comunismo seria a pior consequência do mundo moderno e do liberalismo exacerbado nas relações sociais. Através da doutrina liberal, no seu sentido mais materialista, a crença em Deus teria diminuído, assim como a crença de que a religião teria um papel relevante na educação do homem. Seu papel teria sido minimizado no mundo. O comunismo seria a radicalização dessa crença no homem, no plano meramente material.

Na questão do divórcio, o mesmo ponto é retomado, pois a relação mais importante entre os indivíduos, a família, estaria sendo invadida pelo individualismo “burguês”. Este reduziria todas as associações, condutas e relações humanas a uma

questão contratual, que poderia ser realizada ou quebrada a qualquer momento, ou todas as vezes que houvesse necessidade ou insatisfação entre as partes.

A crítica a posição mais à esquerda da Igreja segue um caminho similar. Ao se aproximar da esquerda e de ideais considerados socialistas, a Igreja estaria próxima daquilo que sempre criticou. Atuando ou fazendo uma crítica mais aguda das injustiças sociais no mundo, ela correria o risco, segundo Lacerda, de abandonar seu papel mais importante: o de guiar os homens em direção a uma conduta cristã.

A sua forma de pensar, portanto, está em grande medida alinhada a uma determinada perspectiva de dentro da Igreja Católica, a que apresentaria um traço mais conservador. Não podemos deixar de imaginar que essa posição de Lacerda lhe rendeu as simpatias do eleitorado católico que pensava de forma semelhante e embora não possamos afirmar com certeza se essa era uma questão meramente instrumental, ou seja, utilizada deliberadamente para assegurar uma fatia do eleitorado. Na realidade, pode-se dizer que se isso tem pouca importância. Basta que possamos identificar essa linha de pensamento que certamente é conservadora e tradicional.

Por fim, baseado nesta breve, e ainda superficial reflexão, podemos perceber que as fronteiras que separam a religião da política são tênues. As crenças religiosas podem influenciar a decisão e as ações dos sujeitos políticos, por mais que essa dimensão tenha perdido parte de seu espaço no mundo moderno, já que, em princípio, ela foi deslocada para a esfera das preferências e inclinações individuais privadas.

Referências Bibliográficas

1. Jornais:

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1948 e 1964.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 1964.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1964.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1964.

O Globo, 1964.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 1949 – 1964.

Última Hora, 1964.

2. Obras Gerais.

BRAGA, Sérgio (org.) Carlos Lacerda. *Na Tribuna da Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CODATO, Adriano N. & OLIVEIRA, Marcus R. *A Marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n° 47, pp. 271-302, 2004.

DULLES, W. F. John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol. I e II, 1992.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira. Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, Tomo III, Vol. 4, 1984.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. *Minhas cartas e as dos outros*. Brasília: UNB; Fundamar, 2005.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENDONÇA, Marina Gusmão. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 44, pp. 463-488, 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar editoras, 1978.

Religion and politics in Carlos Lacerda's trajectory

Adriana Gomes de Paiva.

ABSTRACT: The objective of this paper is to examine the relations between politics and religion in the trajectory of Carlos Lacerda. So we are examining some aspects of his discourse, as his friendship with catholic intellectuals, the issue of communism, divorce and the left wing of the Catholic Church. This article is divided into two parts. The first one analyses aspects of Lacerda's conversion; the second part investigates his conflicts with the Catholic Church.

KEY-WORDS: Carlos Lacerda. Catholicism. Politics.